

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

# FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

## **Conteúdo**

✓ Relatório dos auditores independentes	03
✓ Balanço patrimonial	06
✓ Demonstração do resultado	08
✓ Demonstração das mutações do patrimônio líquido	09
✓ Demonstração dos fluxos de caixa	10
✓ Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	11





## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

A Diretoria do  
**Fórum Brasileiro de Segurança Pública**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências

éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Base para opinião com ressalva**

A Entidade, sem finalidade de lucros, obteve parte de suas receitas através de contribuições e doações de terceiros, que somente podem ser identificadas quando dos seus registros contábeis. Nossos exames, nesta área, abrangeram, exclusivamente, o confronto dos valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários.

#### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

### **Prestação de Contas - Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Ao final do exercício de 2011 foi realizada uma auditoria por parte da Controladoria Geral da União, com o objetivo de verificar as contas prestadas nos termos de parcerias. O Parecer CGFIS/DEAPSEG nº 059/2012, emitido por estes auditores resultou em reflexos em contas patrimoniais assim descritos com maiores detalhes na nota explicativa nº 10.

São Paulo, 27 de Abril de 2012



**CRC 2SP 023349/O-0**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rodrigo Marcelli', written in a cursive style.

**Rodrigo Marcelli**

**CRC1SP 244.126/O-5**

# FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em Reais)

### ATIVO

	Notas	2011	2010
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	3	625.776	804.328
Clientes - Serviços Prestados	4	38.367	-
Créditos diversos	-	4.095	2.038
Tributos a recuperar	-	-	1.228
Despesas do Exercício Seguinte	5	30.000	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>698.238</b>	<b>807.594</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósito em caução/judicial	6	28.308	40.751
Tributos a recuperar	-	1.664	
Imobilizado líquido	7	72.199	27.395
Intangível líquido	8	7.883	3.226
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>110.054</b>	<b>71.372</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>808.292</b>	<b>878.966</b>
<b>As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis</b>			

# FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em Reais)

### PASSIVO

	Notas	2011	2010
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações trabalhistas		90.735	73.650
Obrigações tributárias		11.939	22.831
Contas a pagar		10.411	16.857
Projeto Ministério da Justiça	9	131.791	317.298
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>244.876</b>	<b>430.636</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Obrigações tributárias	6	30.191	11.396
Contingência Ministério da Justiça	10	251.879	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>282.070</b>	<b>11.396</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Superávit acumulado		436.932	817.368
Superávit (déficit) do exercício		(155.586)	(380.434)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>281.346</b>	<b>436.934</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>808.292</b>	<b>878.966</b>
<b>As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis</b>			



# FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## Demonstrações do superávit/déficit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2011	2010
Receitas			
Doações	12	692.750	453.947
Prestação de Serviços		379.214	227.948
Anuidades		8.730	9.721
Outras Receitas		18.950	12.943
Projeto Ministério da Justiça	9	1.691.583	2.073.661
<b>(=) Total de receitas da atividade</b>		<b>2.791.227</b>	<b>2.778.220</b>
<b>(-) Impostos incidentes</b>		<b>(47.780)</b>	<b>(28.862)</b>
<b>(=) Receita operacional líquida</b>		<b>2.743.447</b>	<b>2.749.358</b>
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas		(959.296)	(1.088.080)
Despesas tributárias		(6.598)	(17.683)
Despesas do Projeto Ministério da Justiça	9	(1.691.584)	(2.073.661)
Provisão de Contingência Ministério da Justiça	10	(251.879)	-
<b>(=) Total das despesas</b>		<b>(2.909.357)</b>	<b>(3.179.424)</b>
<b>(=) Result. antes dos Encargos financeiros</b>		<b>(165.910)</b>	<b>(430.066)</b>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		(4.782)	(4.776)
Receitas financeiras		15.106	54.408
<b>(=) total do resultado financeiro líquido</b>		<b>10.324</b>	<b>49.632</b>
<b>(=) Déficit do exercício</b>		<b>(155.586)</b>	<b>(380.434)</b>
<b>As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis</b>			

# FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit Déficit do exercício	Total
<b>Saldos em 31/12/2009</b>	<b>887.121</b>	<b>(69.753)</b>	<b>817.368</b>
Transferência do déficit do exercício anterior	(69.753)	69.753	-
Déficit do exercício	-	(380.436)	(380.436)
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	<b>817.368</b>	<b>(380.436)</b>	<b>436.932</b>
Transferência do déficit do exercício anterior	(380.436)	380.436	-
Déficit do exercício	-	(155.586)	(155.586)
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>436.932</b>	<b>(155.586)</b>	<b>281.346</b>
<b>As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis</b>			



# FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em Reais)

	2011	2010
<b>Das atividades operacionais</b>		
Déficit/Superávit do exercício	(139.779)	(380.434)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
(+) Depreciações e amortizações	13.754	9.728
(+) Provisão de Contingência do MJs	236.072	-
Decréscimos (acréscimos) em ativos		
Créditos diversos	(20.072)	37.833
Clientes	(38.367)	-
Decréscimos (acréscimos) em passivos		
Obrigações trabalhistas	17.084	2.445
Obrigações tributárias	7.903	11.688
Contas a pagar	(6.446)	13.036
Projeto Ministério da Justiça	(185.508)	(1.967.181)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(115.338)	(2.272.885)
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	0,00	0,00
Ativo Imobilizado	(63.214)	(1.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(63.214)	(1.500)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(178.552)</b>	<b>2.274.385</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>		
No início do exercício	804.328	3.078.713
No final do exercício	625.776	804.328
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(178.552)</b>	<b>2.274.385</b>
<b>As notas explicativas são integrante das demonstrações contábeis</b>		

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

**(Valores expressos em Reais)**

## **1. Contexto operacional**

O "Fórum Brasileiro de Segurança Pública" é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de idéias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da Sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- ✓ Manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança pública no Brasil;
- ✓ Realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança pública no Brasil;
- ✓ Produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- ✓ Realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- ✓ Articulação de parcerias com Entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- ✓ Outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.



## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### **2.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### **2.3 Instrumentos financeiros ativos**

Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa: representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

Deterioração de ativos financeiros: ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### **2.4 Instrumentos financeiros passivos**

Os passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **2.5 Imobilizado**

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens e direitos.

#### **2.6 Intangível**

Representado por licenças de uso de softwares. A amortização de ambos ocorre de forma linear conforme critérios técnicos pré estabelecidos, não sobrepondo as práticas contábeis.

#### **2.7 Obrigações trabalhistas e Tributárias**

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos.

#### **2.8. Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos.

#### **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável, efetuou a análise do valor de recuperação do imobilizado e do intangível. Com base nos estudos

realizados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

## **2.10 Ajuste a valor presente**

De acordo com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade avaliou os ativos e passivos monetários de longo prazo e relevantes existentes no circulante sujeitos à avaliação a valor presente, e também os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2012, não foram registrados ajustes a valor presente, em face da não relevância.

## **2.11 Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas utilizadas pela Administração da Sociedade na preparação das demonstrações financeiras referem-se à determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, às vidas úteis utilizadas para depreciação dos bens do ativo imobilizado, aos prazos e valores de realização de ativos imobilizados e às provisões para riscos e garantias.

## **2.12 Tributação**

### **2.12.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit/ (superávit) de acordo com o artigo 174, do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

### **2.12.2 PIS**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

### 2.12.3. COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2011	2010
Caixa	1.090	1.075
Bancos	6.543	13.920
Aplicações Financeiras	618.143	789.333
<b>Total</b>	<b>625.776</b>	<b>804.328</b>

(a) *As aplicações financeiras representam valores investidos em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos com rentabilidade média equivalente ao "CDI"*

### 4. Clientes

Representam valores a vencer de títulos emitidos a terceiros pelos serviços prestados.

### 5. Despesas do Exercício Seguinte

Representam valores antecipados a título de aluguel da sede da Entidade.

### 6. Depósitos judiciais/Obrigações tributárias

Corresponde a processo judicial relativo a cobrança do ISS. Em virtude da cobrança em duplicidade do ISS sobre a prestação de serviço realizado no Município de Canoas-RS, a Entidade resolveu ingressar com uma ação judicial, solicitando ao juízo a definição do local de recolhimento do ISS (Município de São Paulo/SP ou de Canoas/RGS). Ressaltamos que até o presente momento não houve o julgamento.

Descrição	2011	2010
Obrigação tributária - ISS	30.191	11.397
Depósitos judiciais	(28.308)	(9.769)
<b>Total</b>	<b>1.833</b>	<b>1.628</b>



## 7. Imobilizado líquido

Descrição	% - Taxa de depreciação	2011		2010	
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Máquinas e equipamentos	10	2.100	(1.072)	1.028	1.238
Móveis e utensílios	10	31.096	(9.693)	21.403	11.410
Instalações	10	14.372	(1.950)	12.422	3.850
Equipamentos de processamento de dados	20	63.140	(28.726)	34.414	8.268
Equipamentos telefônicos	10	3.301	(1.004)	2.297	2.629
Outros Equipamentos	10	698	(63)	635	-
<b>Total</b>		<b>114.707</b>	<b>(42.508)</b>	<b>72.199</b>	<b>27.395</b>

## 8. Intangível líquido

Descrição	% - Taxa de amortização	2011		2010	
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Direitos de uso de software	20	12.040	(4.157)	7.883	3.226
<b>Total</b>		<b>12.040</b>	<b>(4.157)</b>	<b>7.883</b>	<b>3.226</b>

## 9. Projeto Ministério da Justiça

Durante os exercícios de 2011 e 2010, o Fórum Brasileiro em parceria com o Ministério da Justiça iniciou o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à violência, no que tange a estratégias de prevenção da violência entre adolescentes e jovens no Brasil. Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>R\$</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<i>Saldo anterior</i>	317.298	2.284.479
<i>Repasses recebidos do Ministério da Justiça</i>	1.429.249	-
<i>Gastos com custeio das atividades</i>	(1.696.055)	(2.073,661)
<i>Ingressos (Receitas Financeiras)</i>	81.299	106.480
<i>Recursos recebidos e ainda não gastos</i>	131.791	317.298

## 10. Provisões para contingências

Através da Prestação de Contas tomadas por parte da Controladoria Geral da União no final do exercício de 2011, questionou-se os gastos do Termo de Parceria. Apesar da recomendação por parte da Secretária Nacional de Segurança Pública para fazer o recolhimento no prazo de 30 dias, o Fórum Brasileiro entrou com recurso para Administrativo e antecipou alguns depósitos totalizando o montante de R\$ 157.761 (cento e cinquenta e sete mil e setecentos e sessenta um reais)

<b>Descrição</b>	<b>2011 - R\$</b>
<i>a) Provisão a menor dos Rendimentos de Aplicação Financeiras</i>	2.340
<i>b) Taxas bancárias</i>	4.064
<i>c) Despesas com Ligia Duarte</i>	51.600
<i>d) Despesas com Paula Renata Miraglia</i>	70.068
<i>e) Despesas com a De Paula e Lima Serviços Adm. Ltda-se</i>	108.000
<i>f) Despesas Com Rubens Naves Advogados</i>	15.807
<b>Total</b>	<b>251.879</b>

Os valores mencionados nas letras "c" e "d", não houve recolhimento consignado em 2012, com recurso próprio.

Independente da resposta do órgão federal, o secretário executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública abriu um sinistro, na Seguradora Allianz Brasil, para acionar a apólice de D&O e que o proteja dos prejuízos estimados para o caso específico dos pagamentos para De Paula Serviços Administrativos e Rubens Naves, Santos Jr, e Heskett".

## 11. Tributos

### 11.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit/ (superávit) de acordo com o artigo 174, do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

### 11.2. PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

### 11.3. COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

## 12. Doações

A Entidade recebeu doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	R\$	
	2011	2010
Pessoas jurídicas	677.342	453.817
Pessoas físicas	6.617	130
Anônimos	8.791	
<b>Total</b>	<b>692.750</b>	<b>453.947</b>

### **13. Seguros**

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

